

POUPA TEMPO-SE

JUCESP  
03 10 13



JUCESP PROTOCOLO  
2.179.969/13-2



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA,  
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM  
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA UNIPAR CARBOCLORO S.A.**

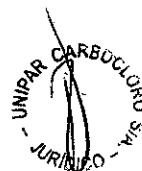
*entre*

**UNIPAR CARBOCLORO S.A.,**  
*como Emissora*

*e*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,**  
*representando a comunhão dos titulares das Debêntures*

\_\_\_\_\_  
Datado de  
19 de novembro de 2013  
\_\_\_\_\_



UNIPAR  
03 10 13

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA UNIPAR CARBOCLORO S.A.**

Pelo presente instrumento, como emissora:

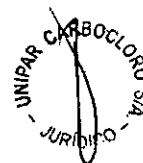
**UNIPAR CARBOCLORO S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 15º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob nº 33.958.695/0001-78, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Emissora**" ou "**Companhia**");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos de colocação ("**Debenturistas**" e, individualmente, "**Debenturista**");

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4200, Bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Agente Fiduciário**");

vem por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Unipar Carbocloro S.A." ("**Escritura de Emissão**"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.



DUCESP  
03 12 13  
**CLÁUSULA I**  
**AUTORIZAÇÃO**

1.1. Esta Escritura de Emissão é firmada com base na autorização deliberada em reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 18 de novembro de 2013 ("RCA"), nos termos do seu estatuto social. De acordo com a RCA, foram deliberadas (a) aprovação da Emissão (conforme abaixo definido), bem como de seus termos e condições; e (b) autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA, em conformidade com o disposto no artigo 59, parágrafo 1º da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

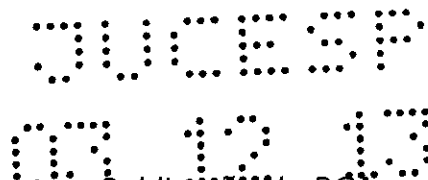
**CLÁUSULA II**  
**REQUISITOS**

2.1 A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, pela Emissora (respectivamente, "Emissão" ou "Oferta Restrita" e "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. *Dispensa de Registro na CVM e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")*

2.1.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada, perante a CVM, do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 ("Lei 6.385/76").

2.1.1.2 Além disso, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Emissão está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA.



2.1.2. *Arquivamento e Publicação da RCA*

2.1.2.1. A ata da RCA será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP"), e (ii) no "Diário Comercial", nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia autenticada da ata de RCA devidamente arquivada na JUCESP em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data de arquivamento.

2.1.3. *Inscrição e Registro desta Escritura de Emissão*

2.1.3.1 Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, conforme o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º do mesmo artigo da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser levados a registro na JUCESP, pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua(s) assinatura(s) pela Emissora e pelo Agente Fiduciário.

2.1.3.2 Uma via original da Escritura de Emissão devidamente registrada na JUCESP será entregue ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de registro na JUCESP.

2.1.4. *Registro para Distribuição e Negociação*

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"); e (ii) negociação, observado o disposto no item 2.1.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), também administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.4.2. Não obstante o descrito no item 2.1.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas (i) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua

DUCEAP

subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, (ii) observado o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, e (iii) nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, entre quaisquer investidores, tendo em vista ser a Emissora companhia aberta nos termos da Lei 6.385/76.

### **CLÁUSULA III**

#### **CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

##### **3.1. Objeto Social da Emissora**

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) a indústria, comércio, importação e exportação de soda cáustica, cloro e produtos químicos derivados, e também a importação e exportação de quaisquer outros produtos fabricados/comercializados por terceiros, inclusive produtos agrícolas de qualquer natureza e derivados, que sejam do interesse da Companhia; (ii) a prestação de serviços relacionados às atividades descritas no item anterior; (iii) a representação, por conta própria ou de terceiros, de sociedades nacionais e estrangeiras; e (iv) a participação como sócia ou acionista de outras sociedades, direta ou indiretamente, inclusive por meio de fundos de investimento.

##### **3.2. Número da Emissão**

3.2.1. Esta Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

##### **3.3. Valor Total da Emissão**

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida na Cláusula 4.1.2 abaixo).

##### **3.4. Número de Séries**

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.



DUCE SP

3.5.

**Quantidade de Debêntures**

13

3.5.1. Serão emitidas 55.000 (cinquenta e cinco mil) Debêntures.

3.6

**Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

3.6.1 O Banco Liquidante será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), e o Escriturador Mandatário será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

3.7

**Colocação e Subscrição**

3.7.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação sob regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder" e "Coordenadores"), nos termos do "Instrumento Particular de Colocação, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, da 2ª Emissão da Unipar Carbocloro S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Colocação").

3.8.

**Forma e Procedimento de Distribuição**

3.8.1. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) investidores considerados como qualificados, conforme o artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados" e "Instrução CVM 409", respectivamente), sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

OCLORO S/A - Unipar Carbocloro

DUCE SP

3.8.2. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.8.3. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca desta Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (ii) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.8.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita.

### **3.9 Destinação dos Recursos**

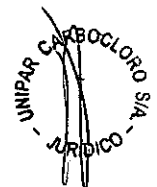
3.9.1 Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados pela Emissora para o imediato pagamento das Notas Promissórias Comerciais da 1ª (Primeira) emissão da Companhia, no valor total de R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), com data de emissão em 02 de maio de 2013 e data de vencimento em 27 de abril de 2014.

## **CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Características Básicas das Debêntures**

#### **4.1.1 Valor Nominal Unitário**

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Nominal Unitário").



DUCESP

03 12 13

4.1.2 *Data de Emissão*

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 2 de novembro de 2013 ("Data de Emissão").

4.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 6 (seis) anos e 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 2 de maio de 2020, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado previstos na Cláusula VI abaixo e de Resgate Antecipado ("Data de Vencimento").

4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21 terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

4.1.6 *Conversibilidade*

4.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7 *Espécie*

4.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos da Cláusula 5.4 abaixo.





## **4.2. Subscrição**

### **4.2.1 Prazo de Subscrição**

4.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir do início da distribuição, observados os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Colocação e na Instrução CVM 476.

### **4.2.2 Preço de Subscrição**

4.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definida na Cláusula 4.6 abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização, observado o disposto no inciso II do artigo 4º da Instrução CVM 476.

## **4.3 Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com os procedimentos do MDA adotados pela CETIP.

## **4.4 Direito de Preferência**

4.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

## **4.5 Atualização do Valor Nominal**

4.5.1 As Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente.

## **4.6 Remuneração**

4.6.1 A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela

DUCEAP

CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 2,00% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa", em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data de seu efetivo pagamento, na Data de Vencimento.

4.6.2 O cálculo dos juros remuneratórios obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$



DUCESP

onde: 03 12 13

$k$  = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até  $n_{DI}$ ;

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;

$TDI_k$  = Taxa DI, de ordem  $k$ , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$K$  = 1, 2, ...,  $n$ ;

$DI_k$  = Taxa DI, de ordem  $k$ , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais

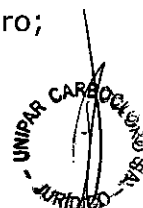
*FatorSpread* = sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

*spread* = 2,0000;

*DP* = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;



4.6.2.1 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k)]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k)]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.6.2.2 Observado o quanto estabelecido no item abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.6.2.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis acima ou da data de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, assembleia geral de debenturistas ("AGD") para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro, serão utilizadas, para o

# DUCE SP

cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, as fórmulas do item acima e na apuração de  $TDI_k$  será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.6.2.4 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

4.6.2.5 Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD ou até a Data de Vencimento, o que acontecer primeiro, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculadas *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão. Neste caso, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de  $TDI_k$  o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Cláusula 4.6 e seguintes desta Escritura de Emissão para fins de cálculo da Remuneração.

4.6.2.6 Para fins desta Escritura de Emissão, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional na República Federativa do Brasil ou feriado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

4.6.2.7 Para fins desta Escritura de Emissão, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da Remuneração correspondente ao período (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.6.3 A Remuneração será paga semestralmente, no dia 2 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 2 de maio de 2014 e a última parcela na Data de Vencimento, ou seja, em 2 de maio de 2020 ("Data de Pagamento da Remuneração").

#### 4.7 Amortização

4.7.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, em parcelas iguais e sucessivas, sendo que a primeira amortização será devida em 2 de maio de 2015 e a última será devida em 2 de maio de 2020, observado o disposto nesta Escritura de Emissão, conforme tabela abaixo ("Amortização do Principal"):

<b>Data da Amortização</b>	<b>% amortizado do Valor Nominal Unitário</b>
2 de maio de 2015	9,1000%
2 de novembro de 2015	9,1000%
2 de maio de 2016	9,1000%
2 de novembro de 2016	9,1000%
2 de maio de 2017	9,1000%
2 de novembro de 2017	9,1000%
2 de maio de 2018	9,1000%
2 de novembro de 2018	9,1000%
2 de maio de 2019	9,1000%
2 de novembro de 2019	9,1000%
2 de maio de 2020	Saldo do Valor Nominal Unitário

#### 4.8 Repactuação Programada

4.8.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

#### 4.9 Condições de Pagamento

4.9.1 *Local de Pagamento e Imunidade Tributária*

4.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pelo Banco Liquidante.

DUCE SP  
03 12 13

4.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Escriturador Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

#### 4.9.2 *Prorrogação dos Prazos*

4.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

#### 4.9.3 *Encargos Moratórios*

4.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, ressalvado o disposto no item 4.9.2 acima, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").



DOESP  
03 12 13

#### 4.9.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 4.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

### 4.10 Publicidade

4.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados no DOESP e no "Diário Comercial", bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores ([www.uniparcarbocloro.com.br](http://www.uniparcarbocloro.com.br)), na forma de "Aviso aos Debenturistas", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação na data da sua realização.

## CLÁUSULA V OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

### 5.1 Oferta de Resgate Antecipado

5.1.1 A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado parcial ou da totalidade das Debêntures destinada a todos os titulares das Debêntures em circulação, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade, mediante pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures pela Emissora, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios e de prêmio, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente



DUCE SP

00 10 11

devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado").

5.1.2 Na hipótese de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio a ser realizado na presença do Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, §1º da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, o resgate antecipado parcial deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturistas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

5.1.3. A Oferta de Resgate Antecipado somente poderá ocorrer mediante a publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.10.1 acima ("Comunicação de Resgate"), a ser realizada pela Emissora, sendo que a data do resgate antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil e todas as Debêntures resgatadas deverão ser liquidadas na mesma data ("Data de Resgate").

5.1.4 Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a data de resgate antecipado; (ii) a forma de cálculo do valor do resgate antecipado nos termos da cláusula 5.1.4 abaixo; (iii) se o resgate será total ou parcial; (iv) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (v) o valor do prêmio, se houver; e (vi) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.

5.1.5 Após a publicação da Comunicação de Resgate, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante a Emissora, findo o qual a Emissora terá o prazo de 2 (dois) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à oferta de Resgate Antecipado.

5.1.6. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures

UNIPAR

DEBÊNTURES

custodiadas no CETIP<sup>21</sup>, e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares de Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

5.1.7. A CETIP deverá ser comunicada da realização do resgate antecipado com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data estipulada para sua realização, pela Emissora com anuência do Agente Fiduciário.

5.1.8. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula 5.1, serão obrigatoriamente canceladas.

5.1.9. A Emissora não poderá realizar o resgate antecipado facultativo das Debêntures.

## **5.2 Aquisição Facultativa**

5.2.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, observados os termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

## **5.3. Amortização Extraordinária**

5.3.1 Não será permitida amortização extraordinária facultativa.

## **5.4. Garantias**

5.4.1. Como garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações, principais ou acessórias, presentes ou futuras, previstas nesta

UNIPAR

S.A.

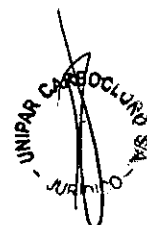
Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, incluindo, sem limitação, o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, todos os acessórios ao principal, tais como multas, custos, taxas, encargos, penalidades, comissões, tributos, despesas, indenização ou correção monetária, se aplicável, bem como quaisquer valores incorridos pelo Agente Fiduciário para salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos debenturistas, inclusive a execução das garantias ("Valor Garantido"), as Debêntures contarão com as garantias reais representadas por:

(i) cessão fiduciária da totalidade dos valores referentes às distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio, ou quaisquer outras formas de distribuição de resultados devidos pela Emissora aos acionistas Frank Geyer Abubakir, Maria Soares de Sampaio Geyer, e Vila Velha S.A. Administração e Participações (excetuado o montante devido à Sra. Maria Cecília Soares de Sampaio Geyer na qualidade de usufrutuária de parte das ações da Companhia, detidas por Vila Velha S.A. – Administração e Participações), conforme previsto no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios decorrentes de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio sob Condição Suspensiva ("Distribuições" e "Acionistas da Garantia", respectivamente) ("Cessão Fiduciária de Dividendos" e o "Contrato de Garantia"), e

(ii) cessão fiduciária da conta vinculada por onde as Distribuições devem transitar (a "Conta Vinculada" e a "Cessão Fiduciária da Conta Vinculada" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Dividendos, "Garantias").

5.4.2. As Garantias previstas na Cláusula 5.4.1 foram constituídas sob condição suspensiva de eficácia, nos termos do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), nos termos do Contrato de Garantia, até que, nas verificações semestrais a serem realizadas pelo Agente Fiduciário a partir da Data de Emissão, se verifique que a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA da Emissora, seja superior, a qualquer momento, aos valores estabelecidos abaixo ("Condição Suspensiva"):

Índice Dívida	
Ano	Líquida / EBITDA
2013	3,60
2014	3,50



DUCE SP

2015	3,25
2016	3,25
2017	3,25
2018	3,25
2019	3,25
2020	3,25

5.4.3. Uma vez verificada a Condição Suspensiva, o Contrato de Garantia passará a ser plenamente eficaz, passando os Dividendos a serem pagos na Conta Vinculada, nos termos do Contrato de Garantia e, na ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado conforme descritas na Cláusula VI abaixo, todos os recursos que estejam ou venham a ser depositados na Conta Vinculada serão retidos em favor dos Debenturistas.

5.4.3.1. Tendo a respectiva AGD aprovado a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.2.3. abaixo, os recursos da Conta Vinculada retidos em favor dos Debenturistas, nos termos da Cláusula 5.4.3. acima, deverão ser imediatamente liberados.

5.4.4. O Contrato de Garantia será levado a registro nos Cartórios de Registros de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes ou domicílios das partes ("Cartórios"), na forma prevista na Lei de Registros Públicos, de n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, nos termos nele previstos. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma via original do Contrato de Garantia, devidamente registrado nos Cartórios, tempestivamente após a obtenção dos respectivos registros.

5.4.5. As Debêntures passarão a ser da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, na data em que for apurada a verificada a Condição Suspensiva estabelecida na Cláusula 5.4.2 acima.

5.4.6. Uma vez verificados que os Índices mencionados na Cláusula 5.4.2 acima estão abaixo do limite estipulado na Cláusula 5.4.2 acima, as Debêntures deixarão de ser da espécie com garantia real, retornando à espécie quirografária.

5.4.7. A Emissora e o Agente Fiduciário ficam desde logo autorizados e obrigados a celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão ("Aditamentos"), na forma dos **Anexo I e Anexo II**, para adequar a espécie das Debêntures, conforme as

DUCE SP

cláusulas 5.4.5 e 5.4.6 acima, e registrá-los junto à CETIP, ficando desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação dos Aditamentos.

## **CLÁUSULA VI**

### **VENCIMENTO ANTECIPADO**

#### **6.1 Vencimento Antecipado Automático**

6.1.1 O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, exigindo o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas nos termos desta Escritura de Emissão na respectiva data de vencimento;
- b) inadimplemento ou declaração de vencimento antecipado de (i) quaisquer obrigações pecuniárias em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); ou (ii) qualquer montante, para obrigações decorrentes de empréstimos e demais obrigações financeiras a que esteja sujeita a Emissora, além daquelas oriundas de operações realizadas no mercado de capitais ou financeiro local ou internacional;
- c) extinção, liquidação, dissolução, insolvência decretada, pedido de recuperação judicial, independentemente do deferimento de seu processamento, ou apresentação de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor, independentemente de sua homologação judicial, pedido de autofalência ou de decretação de falência, ou, ainda, ocorrência de

DUCE SP

qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora;

- d) se as Garantias previstas nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada a Condição Suspensiva nos termos da Cláusula 5.4.2 acima, forem ou tiverem sido penhoradas em execução por outro credor, e/ou sofrerem ou tiverem sofrido qualquer medida judicial ou administrativa constritiva, ou de qualquer forma se tornarem ou tiverem se tornado inaptas à execução pelos debenturistas, exceto se dentro do prazo de 30 (trinta) dias (i) a Emissora sanar os referidos eventos; ou (ii) tiver sido apresentada pela Emissora e aprovada pelos Debenturistas garantia substituta;
- e) transformação societária da Emissora, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");
- f) destinação dos recursos captados por meio desta Escritura de Emissão para finalidade diversa da prevista na Cláusula 3.9 acima;
- g) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- h) realização de redução de capital social da Emissora, após a Data de Emissão, sem a prévia anuência de titulares das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto se para fins de absorção de prejuízos acumulados;
- i) pagamentos de dividendos, de juros sobre o capital próprio ou de qualquer outra participação no lucro prevista no estatuto social da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou com a manutenção dos Índices Financeiros descritos abaixo, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;



UNIPAR

GRUPO ECONÔMICO

- j) alienação do controle acionário direto ou indireto da Emissora, ou em caso de cisão, fusão, incorporação de ações, incorporação de sociedade ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto (1) se a referida cisão, fusão, incorporação de ações, incorporação de sociedade, ou reorganização societária ocorrer dentro do mesmo Grupo Econômico da Emissora; ou (2) se houver prévia anuência de titulares das Debêntures reunidos em AGD que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- k) se esta Escritura de Emissão, ou qualquer uma de suas disposições materiais forem declaradas inválidas, nulas ou inexequíveis, por sentença judicial.

6.1.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão.

6.1.3. Para fins desta Escritura de Emissão, entende-se por "Grupo Econômico" qualquer entidade, direta ou indiretamente, coligada, controlada, controladora ou sob controle comum da Emissora.

## 6.2 Vencimento Antecipado Não Automático

6.2.1 O Agente Fiduciário deverá convocar AGD, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da eventual não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures sendo que, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

# DUCE SP

- a) identificação de falsidade, incorreção ou omissão de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito desta Escritura de Emissão, das Garantias e quaisquer outros documentos da Emissão;
- b) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, que não seja sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do referido descumprimento;
- c) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), salvo seno prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados de tal protesto, a Emissora comprovar que o protesto (i) foi cancelado; (ii) foi devidamente pago; ou (iii) teve seus efeitos sustados por decisão judicial;
- d) prolação de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora que resultem ou possam resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Emissora, de valor unitário ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para as quais a Emissora não se tenha oferecido bens em garantia dentro do prazo legal ou feito provisão para pagamento;
- e) após concedido prazo de 10 (dez) Dias Úteis para cura e não remediada, a não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, emitidas pelos órgãos públicos competentes em nome da Emissora, necessárias para operar e manter as atividades por ela desenvolvidas, no curso normal dos seus negócios;
- f) realização por qualquer autoridade governamental de ato de sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação ou de qualquer modo de aquisição, compulsória, da totalidade ou de parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações ou quotas do capital social da Emissora;
- g) mudança do objeto social da Emissora de forma a alterar suas atividades principais ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham



UNIPAR

DEBÊNTURES

prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas pela Emissora;

- h) existência de sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos pela Emissora que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual, ou crime contra o meio ambiente;
- i) caso a Emissora não realize as Distribuições na Contas Vinculada, nos termos do Contrato de Garantia;
- j) não atendimento, pela Emissora, de qualquer dos índices e limites financeiros apurados com base nas informações semestrais consolidadas da Emissora, iniciando-se em dezembro de 2013 até a liquidação de todas as obrigações das Debêntures, nos termos abaixo, relacionados a seguir ("Índices Financeiros"):

(i) Dívida Líquida / EBITDA máximo:

2013	4,10
2014	4,00
2015	3,75
2016	3,50
2017	3,25
2018	3,25

(ii) EBITDA / Resultado Financeiro Líquido mínimo de 2,

(iii) Capex e/ou novos investimentos máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida / EBITDA for superior a 3,5,

Onde:

Dívida Líquida: o somatório dos saldos das dívidas da Emissora, incluindo dívidas da emissora e de suas controladas e coligadas que sejam consolidadas em seu balanço, tais como mútuos, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, nos mercados local e/ou internacional, operações de derivativos e cessão de direitos creditórios não

DUCESP

performados e que não contém com seguro performance; menos as disponibilidades em caixa, bancos e aplicações financeiras.

EBITDA: lucro operacional consolidado da Emissora adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações; e excluindo-se (x) receitas não operacionais; e (y) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Resultado Financeiro Líquido: a diferença entre as receitas financeiras e as despesas financeiras líquidas consolidadas da Emissora, sendo que o Resultado Financeiro Líquido será apurado em módulo, se for negativo, e, caso seja positivo, o Resultado Financeiro Líquido não será calculado.

CAPEX: Capital investido em ativo permanente (imobilizado, investimentos e diferido) no período de apuração.

6.2.3 Uma vez instalada a AGD prevista no item 6.2.1, será necessário o quórum especial de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Caso a AGD mencionada no item 6.2.1 acima não seja instalada por falta de quórum, em primeira e segunda convocação, ou por qualquer motivo os Debenturistas não deliberarem pela declaração ou não do vencimento antecipado nos termos desta cláusula, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.2.4 Uma vez declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia para CETIP, e (b) ao Banco Liquidante.

6.2.5 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos deverá ser efetuado em até 05 (cinco) Dias Úteis, contados do protocolo da carta mencionada no item 6.2.4 acima, com o seu consequente cancelamento, sob pena do disposto no item 6.2.6 abaixo. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado

UNIPAR

aconteça por meio da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.2.6 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

## **CLÁUSULA VII**

### **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

7.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário e disponibilizar em sua página na Internet ([www.uniparcarbocloro.com.br](http://www.uniparcarbocloro.com.br)):
  - a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras publicadas e completas relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (b) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; e (c) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Índices Financeiros, devidamente auditados por auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
  - b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término do primeiro semestre ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras publicadas e completas relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas



UNIPAR

de 1993

sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares de Debêntures;

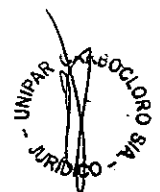
- v) informar e enviar organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto para disponibilização do relatório anual. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle da Emissora, no encerramento de cada exercício social;
- vi) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, em até 1 (um) Dia Útil nos termos da Cláusula IX desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da Escritura de Emissão, mas não o faça;
- vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio dos documentos e prestação das informações que lhe forem solicitadas, no prazo determinado pela referida autarquia;
- viii) manter-se existente e não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- ix) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável, comprometendo-se a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário e os Debenturistas, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora tornem-se imprecisas, inconsistentes, incompletas ou incorretas, em relação à data em que foram prestadas;

UNIPAR CARBÓCLORO S/A  
- JURÍDICO -

UNIPAR

DEBÊNTURES

- x) fazer com que os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Restrita sejam utilizados exclusivamente de acordo com o disposto no item 3.8 acima;
- xi) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- xiii) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário e do Banco Liquidante;
- xiv) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:
  - a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
  - b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - d) manter os documentos mencionados no subitem "c", acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos;



DUCE SP

- e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- xv) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- xvi) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- xvii) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim;
- xviii) apresentar todos os documentos e informações exigidos pela CETIP e/ou pela CVM no prazo estabelecido por essas entidades;
- xix) comparecer à AGD, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário;
- xx) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- xxi) guardar, por 5 (cinco) anos contados da Data de Vencimento, toda a documentação relativa à oferta das Debêntures, bem como disponibilizá-la

UNIPAR

2013

aos Coordenadores e ao Estruturador em um prazo de até 5 (cinco) dias, após solicitação por escrito, ou no menor prazo possível, conforme exigência legal;

xxii) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");

xxiii) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM ("Comunicado de Encerramento"), salvo nas hipóteses previstas no artigo 48 da Instrução CVM 400;

xxiv) abster-se, até o envio do Comunicado de Encerramento, de (a) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (b) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação;

xxv) cumprir todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e necessárias para execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial; e

xxvi) observará ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, bem como adotará quaisquer medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais



DUCE SP

apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;

xxvii) cumprir com todas as demais obrigações previstas no Contrato de Garantia.

## **CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO**

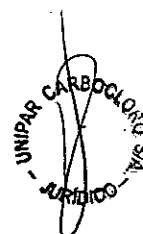
### **8.1 Nomeação**

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas.

### **8.2 Declaração**

8.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- i) não ter qualquer impedimento legal, nos termos do artigo 66, parágrafos 1º e 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;



DUCE SP

- v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- vi) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- vii) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- x) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- xi) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- xii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- xiii) que com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea K, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário;
- xiv) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade



UNIPAR

coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha a atuar na qualidade de agente fiduciário; e

- xv) que as Garantias prestadas aos Debenturistas foram constituídas nesta data, sob condição suspensiva nos termos da Cláusula 5.3 acima, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do inciso IX do artigo 12, da Instrução CVM 28, e serão registradas no(s) competente(s) Cartório(s) de Títulos e Documentos;

### **8.3 Substituição**

8.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia justificada e feita em virtude de disposição de lei ou desta Escritura de Emissão, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, a AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 8.3.6 abaixo.

8.3.2 Na hipótese de não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

8.3.4 A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (ii) deverá ser objeto

JUCESP

de aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

8.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá proporcionalmente ao período a ser transcorrido até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

8.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

#### 8.4 Deveres

8.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

DUCE SP  
03.12.13

- v) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;
- viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- x) solicitar, quando considerar necessário, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- xi) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 2.1.2, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- xii) comparecer às AGDs a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



UNIPAR

xiii) elaborar relatório anual, destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- b) alterações estatutárias ocorridas no período;
- c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- e) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula V acima, de acordo com as informações prestadas pela Emissora;
- h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais

UNIPAR

emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), da Instrução CVM 28, indicando:

- i. denominação da companhia ofertante;
  - ii. valor da emissão;
  - iii. quantidade de debêntures emitidas;
  - iv. espécie;
  - v. prazo de vencimento das debêntures;
  - vi. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
  - vii. eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplimento no período.
- xiv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xiii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
  - b) no seu escritório;
  - c) na CVM;
  - d) na sede dos Coordenadores;
  - e) na CETIP.
- xv) enviar a última versão do relatório a que se refere a alínea (xiv) acima tempestivamente à Emissora, de modo que esta disponibilize-o à CVM na mesma data. O Agente Fiduciário deverá comunicar a Emissora na data em que disponibilizar o relatório e deverá encaminhar o documento à Emissora até a referida data em horário comercial;
- xvi) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 2.1.2, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiv) acima;
- xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto

DUCEAP

nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- xviii) coordenar o Resgate Antecipado, caso seja parcial, de acordo com o previsto nesta Escritura de Emissão;
- xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 10 (dez) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada (a) à CVM; e (b) à CETIP;
- xxi) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula VI acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos não sanados no prazo previsto; e
- xxii) disponibilizar o cálculo do Valor Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

## **8.5 Atribuições Específicas**

8.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso



DUCE SP

de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- ii) requerer a falência da Emissora;
- iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2 Observado o disposto na Cláusula VI (e seus itens) acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) do item 8.5.1 acima, se, convocada a AGD, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) do item 8.5.1 acima.

8.5.3 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

NUCESP  
03.12.13

8.5.4 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.5.5 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

## **8.6 Remuneração do Agente Fiduciário**

8.6.1 Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração: parcelas anuais de R\$5.000,00 (cinco mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após data de assinatura desta Escritura de Emissão e as seguintes no mesmo Dia Útil do ano subsequente.

8.6.2 As parcelas citadas nos itens supra serão reajustadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

8.6.3 A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

8.6.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em

DUCE SP

atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.6.5 As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

## **8.7 Despesas**

8.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que todas as despesas acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) deverão ser, sempre que possível, previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora exceto em caso de decretação de vencimento antecipado, seja ele pecuniário ou não pecuniário, em que o Agente Fiduciário não precisará obter a autorização prévia da Emissora.

8.7.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 5 (cinco) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora, acompanhada de cópia dos comprovantes de pagamento.

8.7.3 Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas correspondem, entre outros, a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente

UNIPAR

DEBENTURISTAS

Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.7.4 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, despesas com *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, alimentação, transportes e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

## **CLÁUSULA IX**

### **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

#### **9.1 Convocação**

9.1.1 À AGD aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

9.1.2 A AGD pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou (iv) pela CVM.

9.1.3 A convocação da AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no jornal de grande circulação utilizado pela Emissora para a divulgação de seus atos, conforme previsto no item 2.1.2 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.1.4 As AGDs deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda

DUCESP

convocação somente poderá ser realizada, em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

9.1.4.1 Será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de avisos e/ou publicações.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

## 9.2. Quorum de Instalação

9.2.1 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação e em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum, ou administradores (conselheiros ou diretores) da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

## 9.3 Mesa Diretora

9.3.1 A presidência da AGD caberá ao Debenturista, ou ao seu representante, eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

## 9.4. Quorum de Deliberação

UNIPAR CARBONÍFERO S/A  
- JURÍDICO -

DUCEAP

AGD

9.4.1 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em AGD dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.4.1 acima: (i) os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, caso aplicável; e (ii) qualquer alteração (a) na Remuneração, inclusive no que dispõe a Cláusula 4.6.2.5 acima; (b) em quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (c) nos eventos previstos na Cláusula VI acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; (d) nas regras relacionadas à Oferta de Resgate Antecipado, previsto na Cláusula V acima; (e) na Data de Vencimento; e/ou (f) na espécie das Debêntures; em qualquer destas hipóteses, será necessária a aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 9.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

9.4.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

## **CLÁUSULA X**

### **DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:



# JUCESP

- i) é sociedade por ações devidamente constituída com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm plenos poderes estatutários para representar a Emissora na assunção das obrigações dispostas nesta Escritura de Emissão, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- v) a celebração dos documentos da Oferta Restrita, inclusive desta Escritura de Emissão, bem como o cumprimento das obrigações previstas nela, não infringiu qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem acarretou em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, adicional aos já concedidos (incluindo a aprovação da RCA), é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura de Emissão na JUCESP e o registro das Debêntures na CETIP;
- vii) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os

DUCE SP

seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;

- viii) desenvolve suas atividades regularmente e tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais, societárias e regulatórias) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais necessárias para o exercício de suas atividades, estando todas elas plenamente válidas e em vigor;
- ix) cumpre leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- x) cumpre o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social;
- xi) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos necessários para assegurar a Emissora à manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- xii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos, incluem os documentos e informações necessárias para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas, informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações delas decorrentes;
- xiii) na data de subscrição e integralização não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa vir a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- xiv) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os



DUCE SP

00000000

resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhuma alteração que impacte de forma negativa na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Emissora;

- xv) não omitiu e não omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira, bem como jurídica sua em prejuízo dos Debenturistas;
- xvi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Escritura de Emissão e não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis;
- xvii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão; e
- xviii) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções previstas nesta Escritura de Emissão.

## **CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **11.1 Comunicações**

11.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- i) para a Emissora:  
**UNIPAR CARBOCLORO S.A.**



UNIPAR

Itam Bibi

Rua Joaquim Floriano, 960 - Cj. 62, 151 e 152 - Itam Bibi  
04534-004 - São Paulo, SP

At.: Sr. José Octavio de Mello

Tel.: (11) 3704-4202

e-mail: joseoctavio@uniparcarbocloro.com.br

ii) para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 4, Sala 514, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ

CEP 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)

iii) para a CETIP:

**CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452- 002

São Paulo/SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

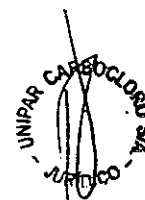
Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

**11.2 Renúncia**



# DUCESP

## 03 12 13

11.2.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a quaisquer das Partes em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### **11.3 Despesas**

11.3.1 A Emissora arcará com todos os custos relativos à Emissão e à distribuição, incluindo sem limitação, despesas com a contratação de Agente Fiduciário, assessor legal, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e registros de documentos, que sejam expressamente aprovados pela Emissora.

### **11.4 Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**

11.4.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

### **11.5 Disposições Gerais**

11.5.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

11.5.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas

is. Ocorrendo a declaração:

11.5.3 Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis do Brasil.

11.5.4. O inadimplemento de qualquer obrigação da Emissora decorrente das Debêntures enseja para os Debenturistas a faculdade de promover a imediata execução do título e das garantias constituídas ou vinculadas ao título, bem como outras que porventura gerem direitos sobre ela, a fim de se ressarcir de seu crédito, podendo os Debenturistas, nos termos do artigo 368 do Código Civil, também compensar quaisquer eventuais créditos que o mesmo tenha e/ou venha a ter em face da Emissora com quaisquer créditos que a Emissora tenha ou venha a ter de quaisquer espécies junto aos Debenturistas.

11.6.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 19 de novembro de 2013.


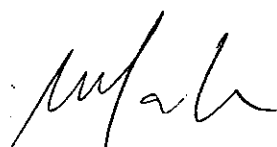
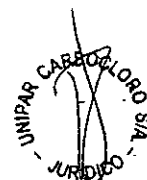
*(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)*



JUCESP  
03 12 13

PÁGINA DE ASSINATURAS 1/3 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE  
ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE  
QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS  
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA UNIPAR CARBOCLORO S.A.

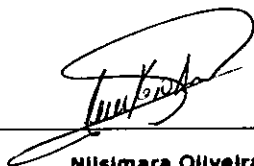
UNIPAR CARBOCLORO S.A.

  
\_\_\_\_\_  
Nome: José Octávio V. de Mello  
Cargo: Presidente e  
Relações com Investidores  
\_\_\_\_\_  
Nome: Adilson Marques de Almeida Neto  
Cargo: Diretor Jurídico

DUCESP  
03 12 13

PÁGINA DE ASSINATURAS 2/3 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA UNIPAR CARBOCLORO S.A.

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS**



Nome:

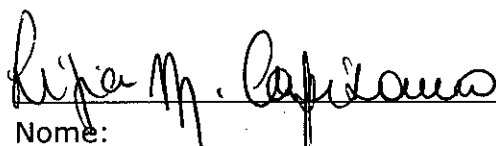
Nilsimara Oliveira  
Kojo Ferreira  
Procuradora

Cargo:

JUCESP  
03 12 13

PÁGINA DE ASSINATURAS 3/3 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA UNIPAR CARBOCLORO S.A.

TESTEMUNHAS



Nome:

RG: Ligia Maria Capisano

RG: 8.136.372

CPF: 033.285.748-51



Nome:

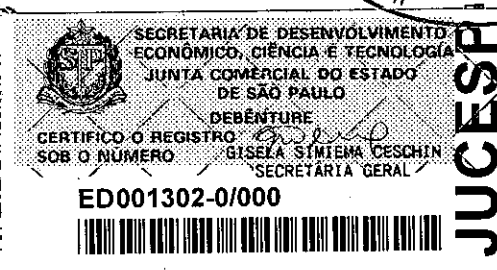
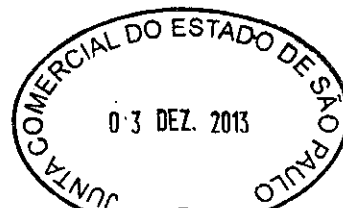
Maria do Rosário Perez Vilas

RG nº 17.411.259

RG:

CPF:

007.132.998-00



JUCESP

Anexo I

**Modelo de Aditamento à Escritura de Emissão para Convolução da  
Debênture para a Espécie "Com Garantia Real"**

---

**[•] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª  
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM  
SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO  
PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA UNIPAR  
CARBOCLORO S.A.**

*entre*

**UNIPAR CARBOCLORO S.A.,**  
*como Emissora*

*e*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,**  
*representando a comunhão dos titulares das Debêntures*

\_\_\_\_\_  
Datado de  
[•] de 2013  
\_\_\_\_\_



DUCESP

**[•] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA UNIPAR CARBOCLORO S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

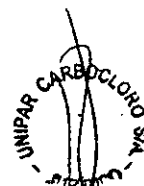
**UNIPAR CARBOCLORO S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 15º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 33.958.695/0001-78, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia"); e

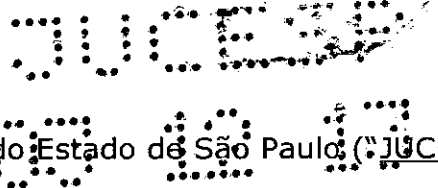
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4200, Bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes"),

Celebram este [•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Unipar Carbocloro S.A. ("Debêntures" e "[•] Aditamento", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) em 19 de novembro de 2013, as Partes celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Unipar Carbocloro S.A." ("Escritura de Emissão"), o qual foi arquivado perante a





Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em [•] de 2013, sob o nº [•];

- (ii) na verificação semestral realizada pelo Agente Fiduciário em [•], identificou-se que a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA da Emissora é superior ao valor estabelecido para o respectivo período, nos termos da Cláusula 5.4.2. da Escritura e Emissão;
- (iii) em decorrência do disposto no item (ii) acima, nos termos da Cláusula 5.4.3 da Escritura de Emissão, a Condição Suspensiva foi verificada e, portanto, o Contrato de Garantia passa a ser plenamente eficaz; e
- (iv) nos termos da Cláusula 5.4.5. da Escritura e Emissão, as Debêntures passam a ser da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, tendo sido verificada a Condição Suspensiva.

**ISTO POSTO**, resolvem as Partes, na melhor forma de direito, nos termos da Cláusula 5.4.7 da Escritura de Emissão, celebrar o presente [•] Aditamento, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas:

#### **CLÁUSULA I TERMOS DEFINIDOS**

1.1. Os termos aqui iniciados em maiúsculas, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso, exceto se de outra forma definidos no presente [•] Aditamento.

#### **CLÁUSULA II REGISTRO DO ADITAMENTO**

2.1. Este [•] Aditamento será registrado na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações.



UNIPAR  
03.09.13  
**CLÁUSULA III**  
**ALTERAÇÕES DA ESCRITURA DE EMISSÃO**

3.1. As Partes, por meio deste [●] Aditamento, acordam em:

3.1.1. Alterar a integralidade da Escritura de Emissão, considerando que as Debêntures que antes eram da espécie quirografária passam a ser da espécie com garantia real. Desta forma, todas as cláusulas que mencionavam que as Debêntures eram da espécie quirografária, são alteradas para indicar expressamente que as Debêntures são da espécie com garantia real, com exceção da Cláusula 5.4.6 da Escritura de Emissão, que permanece inalterada.

3.1.2. Alterar a Cláusula 2.1. da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**2.1.** *"A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, pela Emissora (respectivamente, "Emissão" ou "Oferta Restrita" e "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:"*

3.1.3. Alterar a Cláusula 4.1.7.1. da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**4.1.7.1.** *"As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos da Cláusula 5.4 abaixo."*

**CLÁUSULA IV**  
**DAS RATIFICAÇÕES**

4.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições estabelecidas na Escritura de Emissão e não expressamente alterados por este [●] Aditamento.



JUCESP  
03 08 13  
**CLÁUSULA V**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

5.1. As obrigações assumidas neste [●] Aditamento têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

5.2. Este [●] Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

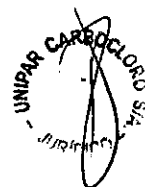
5.3. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste [●] Aditamento não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste [●] Aditamento, as Partes obrigam-se a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste [●] Aditamento, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

5.4. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

5.5. As Partes reconhecem este [●] Aditamento e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, inciso II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

5.6. Para os fins deste [●] Aditamento, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

5.7. Qualquer alteração a este [●] Aditamento somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.



310397

03 10 17

5.8. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes deste [●] Aditamento.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este [●] Aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, [●] de 20[●].

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura.)

UNIPAR CARBOCLORO S/A  
- JURÍDICO -

JUCESP

(Página de assinaturas 1/3 do [1] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Unipar Carbocloro S.A.)

**UNIPAR CARBOCLORO S.A.**

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



300858

(Página de assinaturas: 243 do [1] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Unipar Carbocloro S.A.)

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:



30.03.2013

(Página de assinaturas 3/3 do [•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Unipar Carbocloro S.A.)

Testemunhas:

Nome:

Id.:

CPF:

Nome:

Id.:

CPF:





UNIPAR

Anexo II

**Modelo de Aditamento à Escritura de Emissão para Convolução da  
Debênture para a Espécie "Quirografária"**

---

**[•] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª  
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM  
SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO  
PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA UNIPAR  
CARBOCLORO S.A.**

*entre*

**UNIPAR CARBOCLORO S.A.,**  
*como Emissora*

*e*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,**  
*representando a comunhão dos titulares das Debêntures*

\_\_\_\_\_  
Datado de  
[•] de 2013  
\_\_\_\_\_



UNIPAR

**[•] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA UNIPAR CARBOCLORO S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

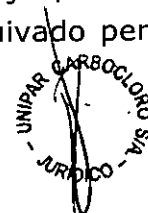
**UNIPAR CARBOCLORO S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 15º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 33.958.695/0001-78, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia"); e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4200, Bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes"),

Celebram o presente [•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Unipar Carbocloro S.A. ("Debêntures" e "[•] Aditamento", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

**CONSIDERANDO QUE:**

- (v) em 19 de novembro de 2013, as Partes celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Unipar Carbocloro S.A." ("Escritura de Emissão"), o qual foi arquivado perante a



JUCESP

Junta Comercial do Estado de São Paulo

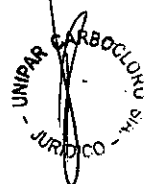
Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em [•] de 2013, sob o nº [•];

- (vi) em [•] de [•] de [•], as Partes celebraram o "[•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Unipar Carbocloro S.A." ("[•] Aditamento"), o qual foi arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em [•] de 2013, sob o nº [•], tendo em vista a convolação das Debêntures para espécie com Garantia Real;
- (vii) na verificação semestral realizada pelo Agente Fiduciário em [•], identificou-se que a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA da Emissora esta de acordo com o limite estabelecido para o respectivo período, nos termos da Cláusula 5.4.2. da Escritura e Emissão;
- (viii) em decorrência do disposto no item (iii) acima, o Contrato de Garantia volta a ter sua eficácia sujeita à Condição Suspensiva, nos termos da Cláusula 5.4.2; e
- (ix) em decorrência do disposto nos itens (iii) e (iv) acima, nos termos da Cláusula 5.4.6 da Escritura de Emissão, as Debêntures deixam de ser da espécie com garantia real e retornaram à espécie quirografária.

**ISTO POSTO**, resolvem as Partes, na melhor forma de direito, celebrar o presente [•] Aditamento, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas:

#### **CLÁUSULA I** **TERMOS DEFINIDOS**

1.1. Os termos aqui iniciados em maiúsculas, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso, exceto se de outra forma definidos no presente [•] Aditamento.



JUCESP  
00 12 13  
CLÁUSULA II

## REGISTRO DO ADITAMENTO

2.1. Este [●] Aditamento será registrado na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações.

### CLÁUSULA III ALTERAÇÕES DA ESCRITURA DE EMISSÃO

3.2. As Partes, por meio deste [●] Aditamento, acordam em:

3.2.1. Alterar a integralidade da Escritura de Emissão, considerando que as Debêntures que antes eram da espécie com garantia real passam a ser da espécie quirografária. Desta forma, todas as cláusulas que mencionavam que as Debêntures eram da espécie com garantia real, são alteradas para indicar expressamente que as Debêntures são da espécie quirografária, com exceção da Cláusula 5.4.6 da Escritura de Emissão, que permanece inalterada.

3.2.2. Alterar a Cláusula 2.1. da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**2.1.** "A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, pela Emissora (respectivamente, "Emissão" ou "Oferta Restrita" e "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:"

3.2.3. Alterar a Cláusula 4.1.7.1. da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**4.1.7.1.** "As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos da Cláusula 5.4 abaixo."

UNIPAR CARBONCLORE S/A  
- JURÍDICO -

JUCESP  
03 12 13

**CLÁUSULA IV  
DAS RATIFICAÇÕES**

4.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições estabelecidas na Escritura de Emissão e não expressamente alterados por este [●] Aditamento.

**CLÁUSULA V  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

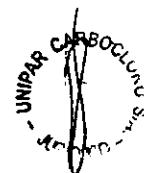
5.1. As obrigações assumidas neste [●] Aditamento têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

5.9. Este [●] Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

5.10. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste [●] Aditamento não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste [●] Aditamento, as Partes obrigam-se a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste [●] Aditamento, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

5.11. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

5.12. As Partes reconhecem este [●] Aditamento e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, inciso II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").



JUCESP

001213

5.13. Para os fins deste [●] Aditamento, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

5.14. Qualquer alteração a este [●] Aditamento somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.

5.15. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes deste [●] Aditamento.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este [●] Aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, [●] de 20[●].

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura.)



UNIPAR CARBÓCLORO S/A  
FABRIL

JUCESP

(Página de assinaturas 143 do [1] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Unipar Carbocloro S.A.)

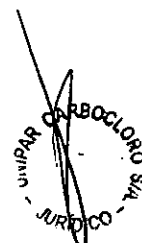
**UNIPAR CARBOCLORO S.A.**

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



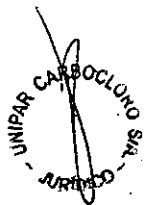
DUCESP

(Página de assinaturas 243 do [1] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Unipar Carbocloro S.A.)

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Nome:

Cargo:





DUCESP

(Página de assinaturas 313 do [1] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Unipar Carbocloro S.A.)

Testemunhas:

Nome:

Id.:

CPF:

Nome:

Id.:

CPF:

